

1 - Qual a importância da educação financeira na hora de investir?

A educação financeira consiste no processo de transmissão de conhecimento que permite o aprimoramento da capacidade financeira dos indivíduos, permitindo que estes possam tomar decisões fundamentadas e seguras, essencial para quem deseja administrar melhor suas finanças e tomar boas decisões.

Este processo de aprendizagem aborda diversas atividades relacionadas aos recursos no cotidiano da população, como a utilização de cartão de crédito, decisões de poupar ou consumir, seguros e investimentos.

Antes de tomar qualquer decisão sobre investimentos, é importante conhecer (i) as Modalidades de Investimento; (ii) os Produtos de Investimentos da 4UM; (iii) o que são Fundos de Investimento e Carteiras Administradas; (iv) como funciona um Fundo de Investimento; (v) os tipos de Fundos de Investimento; (vi) os tipos de Investidores; e (vii) o Perfil do Investidor.

2 - Quais são as modalidades de Investimento?

Podem ser de Renda Fixa e de Renda Variável. A primeira é conhecida pela previsibilidade do retorno e, em alguns casos, com prazos definidos. A segunda, conta com a possibilidade de maior retorno, porém com maior risco.

3 – Qual o conceito de Renda fixa?

A principal característica de um investimento em renda fixa é a sua previsibilidade, uma vez que seu funcionamento é parecido com um empréstimo. Neste caso, o investidor aplica uma quantia específica e, no vencimento do título, recebe o valor aplicado acrescido dos juros previamente acordados e correção monetária.

Os investimentos em renda fixa podem oferecer remuneração de três formas principais:

- Prefixada: o investidor conhece, no momento da aplicação, a taxa de juros que será paga ao longo do período, proporcionando maior certeza sobre o retorno final;
- Pós-fixada: a rentabilidade está vinculada a um indicador econômico, como a taxa Selic ou o CDI, e varia de acordo com o desempenho desse índice ao longo do tempo; ou
- Híbrida: combina uma taxa de juros fixa com a variação de um indexador, como o IPCA, garantindo parte da remuneração e protegendo contra a inflação.

4 - Quais são os exemplos de investimento de Renda Fixa?

- CDBs (certificados de depósito bancário);
- LCIs e LCAs (letras de crédito imobiliário e do agronegócio);
- CRIs e CRAs (certificados de recebíveis imobiliário e do agronegócio);
- LFs (letras financeiras);
- Debêntures;
- Títulos do Tesouro Direto; e
- Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa.

5 - Qual o conceito de Renda Variável?

Os investimentos em renda variável possuem menor previsibilidade de retorno no ato do investimento se comparado aos de Renda Fixa. Estão atrelados ao desempenho do mercado, da empresa, setor de atuação, economia interna e externa.

6 - Quais são os exemplos de investimento de Renda Variável?

- Ações;
- Certificados de Depósito de Valores Mobiliários (Brazilian Depository Receipts - BDR);
- Direitos e recibos de subscrição;
- Cotas dos fundos de índice de ações negociadas em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado (Exchange Traded Funds - ETF);
- Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FII), de Fundos de Investimento em Ações (FIA) e de Fundos de Investimento em Participações (FIP);
- Criptoativos;
- Derivativos.

7 – Quais são os produtos de Investimentos da 4UM?

A 4UM Investimentos oferece uma variedade de produtos e serviços financeiros para atender às necessidades de diferentes perfis de investidores. Entre as principais soluções estão:

1. Fundos de Investimento:

- Fundos Abertos: Destinados a investidores em geral, com estratégias que incluem renda fixa, ações, multimercado e estruturados.

- Fundos Exclusivos/: Desenvolvidos sob medida para clientes institucionais, alinhados às políticas de investimento específicas e à legislação vigente.

2. Carteiras Administradas:

- Gestão personalizada de recursos, ajustada ao perfil e às necessidades de cada cliente, visando uma alocação eficiente e segura dos investimentos.

3. Venture Capital:

- Investimentos focados no crescimento de empresas inovadoras com potencial de transformar seus setores, especialmente em estágios iniciais como Pré-seed, Seed e Série A.

4. Wealth Management: Serviços de gestão de patrimônio para clientes private que buscam estratégias de investimento alinhadas aos seus objetivos financeiros de longo prazo.

8 - O que são Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas?

Resolução nº 175/22 da CVM - O fundo de investimento é uma comunhão de recursos, constituído sob a forma de condomínio de natureza especial, destinado à aplicação em ativos financeiros, bens e direitos, de acordo com a regra específica aplicável à categoria do fundo.

Um fundo de investimento é uma forma prática e acessível de aplicar recursos no mercado financeiro e de capitais, especialmente para quem busca diversificação e não tem tempo ou conhecimento para gerenciar investimentos de forma direta.

Através dos fundos de investimento os investidores podem aplicar seu dinheiro, comprando cotas deste condomínio, terceirizando a gestão destes recursos para profissionais especializados.

Uma carteira administrada é um serviço profissional de gestão de recursos de terceiros. Nesse arranjo, um gestor de recursos é contratado por um investidor, seja pessoa física ou jurídica, para negociar e realizar operações com ativos em nome do investidor, conforme os termos definidos em um contrato específico.

Esse contrato estabelece a relação entre o gestor e o investidor, detalhando as responsabilidades de cada parte, a política de investimento a ser seguida, os riscos envolvidos e as condições para aplicações, resgates e encerramento da carteira. O objetivo é que o gestor administre os recursos do investidor de acordo com a estratégia previamente acordada, buscando atender aos objetivos financeiros estabelecidos.

9 - Como funciona um Fundo de Investimento?

O funcionamento dos fundos de investimento no Brasil exige a observância de diversos requisitos regulatórios e operacionais para garantir transparência, segurança e eficiência na gestão dos recursos aplicados pelos cotistas.

Primeiramente, todo fundo deve ter um administrador fiduciário, responsável pela supervisão e estruturação do fundo, além de garantir a conformidade com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O gestor de recursos também é essencial, sendo o responsável por definir e executar a estratégia de investimentos, buscando maximizar os retornos dentro dos limites estabelecidos no regulamento do fundo.

Além disso, os fundos devem ter um regulamento e prospecto, documentos que detalham suas regras de funcionamento, política de investimento, riscos envolvidos e taxas cobradas. A transparência e a prestação de contas são fundamentais, o que exige a publicação periódica de demonstrações contábeis, relatórios de desempenho e informações sobre a composição da carteira.

A estrutura operacional do fundo inclui ainda a atuação de um custodiante, que é a instituição financeira responsável por manter os ativos adquiridos pelo fundo sob guarda, assegurando sua integridade e controle. Outro ponto fundamental é a figura do auditor independente, que deve revisar periodicamente as demonstrações financeiras para garantir a correta aplicação das normas contábeis e a veracidade das informações divulgadas aos cotistas.

Os fundos também precisam seguir regras específicas sobre liquidez e prazos de resgate, que variam de acordo com a categoria do fundo e a estratégia de investimento adotada. No caso de fundos abertos, os cotistas podem solicitar resgates conforme previsto no regulamento, enquanto os fundos fechados exigem a venda das cotas no mercado secundário ou a espera pelo prazo de encerramento do fundo.

Outro aspecto importante é a tributação, que pode variar conforme o tipo de fundo e a alocação dos investimentos. Fundos de curto e longo prazo possuem regras diferentes de incidência do Imposto de Renda.

Por fim, a governança e a conformidade regulatória são essenciais para o funcionamento dos fundos. A CVM estabelece normas para proteger os investidores e garantir que os fundos operem de maneira justa e transparente. O cumprimento dessas normas é monitorado por órgãos reguladores e, em alguns casos, por entidades autorreguladoras, como a ANBIMA.

O sucesso e a segurança dos fundos de investimento dependem, portanto, de uma estrutura organizada, da atuação eficiente dos gestores e administradores, do cumprimento das normas regulatórias e da transparência na divulgação das informações aos cotistas.

10 – Quais são os tipos de Fundos de Investimento?

Os fundos de investimento podem ser divididos em 4 grandes categorias, a ser:

- Renda Fixa
- Ações
- Cambiais

- Multimercado

No caso dos fundos de renda fixa, os fundos buscam retorno investindo majoritariamente em ativos de renda fixa, podendo incluir derivativos para sintetizar títulos, e aceitam estratégias com exposição a riscos de juros e índices de preços. Não é permitida exposição a renda variável.

No segundo nível de classificação, os fundos podem ser de gestão ativa ou passiva. Os fundos ativos são classificados conforme a sensibilidade da carteira às variações nas taxas de juros, enquanto os passivos incluem os fundos simples e os indexados, que replicam indicadores de referência.

Para os fundos de ações, no mínimo 67% da carteira deve ser composta por ações ou ativos relacionados, como bônus de subscrição, certificados de depósito de ações ou cotas de fundos de ações.

A classificação no segundo nível diferencia fundos indexados, que seguem índices de mercado, e fundos ativos, que visam superar um índice ou seguem uma política própria de investimentos. Há também fundos específicos, com características como condomínio fechado ou foco em uma única empresa, e fundos de investimento no exterior, que alocam mais de 40% do patrimônio líquido em ativos fora do Brasil.

Os fundos multimercados têm políticas de investimento que permitem exposição a diversos fatores de risco sem concentração específica.

No segundo nível, são divididos em fundos de alocação, que buscam retorno no longo prazo investindo em diversas classes de ativos, e fundos de estratégia, que seguem processos de investimento definidos e podem usar alavancagem, além de fundos com investimento no exterior, com mais de 40% dos ativos aplicados fora do Brasil.

Por fim, os fundos cambiais são aqueles que aplicam pelo menos 80% da carteira em ativos relacionados a moedas estrangeiras, seja diretamente ou por meio de derivativos. Essa classificação se aplica de maneira similar em todos os níveis, garantindo que os fundos sigam estratégias alinhadas à sua política de investimentos.

11 – Quais os tipos de investidores?

No Brasil, os investidores são classificados de acordo com a CVM, como profissionais ou qualificados, dependendo de critérios específicos.

Investidores profissionais incluem:

- Instituições financeiras e autorizadas pelo Banco Central.
- Seguradoras e sociedades de capitalização.
- Entidades de previdência complementar (abertas e fechadas).

- Fundos de investimento.
- Clubes de investimento geridos por administradores autorizados pela CVM.
- Agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores autorizados pela CVM (para seus próprios recursos).
- Investidores não residentes.
- Pessoas com mais de R\$ 10 milhões em investimentos financeiros, que devem atestar essa condição formalmente.

Por outro lado, os investidores qualificados incluem:

- Investidores profissionais.
- Pessoas aprovadas em exames técnicos ou certificações reconhecidas pela CVM (para seus próprios recursos).
- Clubes de investimento geridos por cotistas que sejam investidores qualificados.
- Pessoas com mais de R\$ 1 milhão em investimentos financeiros, que devem atestar essa condição formalmente.

Adicionalmente, os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), geralmente classificados como investidores de varejo, podem ser considerados profissionais ou qualificados se atenderem a requisitos específicos. Esses requisitos incluem possuir Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) vigente, aderir ao programa Pró-Gestão RPPS, comprovar o funcionamento do Comitê de Investimentos e apresentar, no Demonstrativo de Aplicações e Investimentos (DAIR), recursos mínimos de R\$ 40 milhões para classificação como investidor qualificado ou R\$ 1 bilhão para classificação como investidor profissional.

Essa categorização visa assegurar que os investidores possuam o conhecimento ou a capacidade financeira para lidar com os riscos associados a esses mercados, promovendo uma regulação mais eficaz.

12 - O que é Perfil de Investidor?

Conhecer o seu próprio perfil de investidor é o primeiro passo para quem deseja investir. A principal função da definição do perfil do investidor é identificar a sua tolerância ao risco, o seu conhecimento e a sua experiência com investimentos.

Passada a etapa acima, o investidor poderá ser classificado em um dos 3 (três) tipos de perfis existentes na 4UM:

- Conservador: o investidor que valoriza a segurança, preferindo investimentos com menor risco, mesmo que isso implique uma rentabilidade mais modesta;
- Moderado: o investidor que procura um equilíbrio entre segurança e rentabilidade, estando disposto a assumir alguns riscos para alcançar melhores retornos; ou

- Arrojado: o investidor que está disposto a correr maiores riscos em busca de retornos mais elevados, priorizando o potencial de ganho sobre a estabilidade.